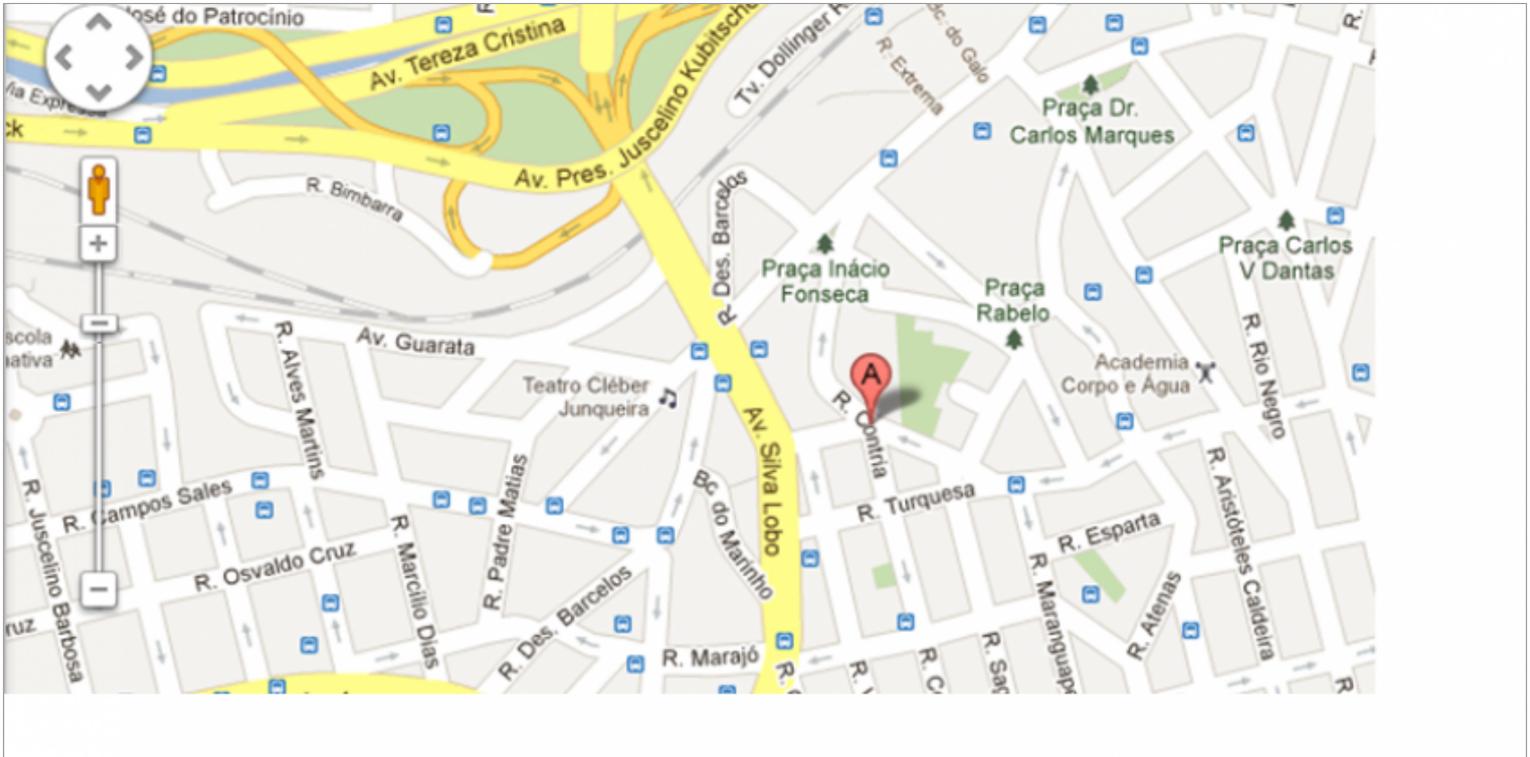


Comissão discute impactos de obra no Calafate

Assunto:

MEIO AMBIENTE



Localização do empreendimento está assinalada em vermelho

Os possíveis impactos das obras de um edifício residencial no bairro Calafate, região Oeste da capital, foram discutidos pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana durante audiência pública no dia 27 de setembro, que contou com a presença de moradores, prefeitura, Defesa Civil e empresa responsável. Mesmo a construtora alegando que a documentação está regular e os moradores dizendo-se vencidos após aprovação da obra, o vereador Cabo Júlio, membro da Comissão, afirmou que *“toda decisão é contestável”*.

De acordo com Cabo Júlio, o Ministério Público do Meio Ambiente e o próprio Legislativo podem ser acionados e até embargar a obra. *“Temos poder para anular atos exorbitantes. Pensar que decisões da administração não podem revogadas é um mito”*, declarou.

A vereadora Maria Lúcia Scarpelli (PCdoB), que solicitou a audiência, informou que a construção na rua Custódio Carreira, entre os números 32 e 86, estaria danificando minas d'água e árvores frutíferas. Representantes de moradores, que compareceram à reunião, também manifestaram preocupação com o impacto da edificação sobre as estruturas dos imóveis mais próximos.

“Não queremos impedir a construção, estamos apenas exercendo nosso direito. Tememos abalos nas estruturas dos nossos imóveis e achamos melhor prevenir que remediar. Como não entendemos de engenharia, queríamos ouvir os órgãos competentes”, explicaram os moradores Dilson Chaves e Raulino Vargas, síndicos de prédios vizinhos.

Seminário

O representante da Defesa Civil Eduardo Augusto Pedersoli alertou para a legitimidade da preocupação dos vizinhos, referindo-se aos *“absurdos”* que vem ocorrendo em diversas obras devido ao *boom* imobiliário da capital. Segundo ele,

o órgão tem sido cada vez mais acionado devido a danos, muitas vezes graves, causados a imóveis vizinhos, demandando maior rigor da legislação, além de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos desde o início da construção.

O engenheiro sugeriu a necessidade de um seminário reunindo órgãos públicos, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de MG (CREA) e construtoras para discutir a questão, ideia prontamente acolhida por Maria Lúcia Scarpelli, que deverá encaminhar a realização do evento.

A gerente de Licenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Eliana Rocha Furtado, esclareceu que o empreendimento, com 11 andares e 27 apartamentos, não é considerado de impacto, não estando sujeito a aprovação nos conselhos municipais de Meio Ambiente e de Política Urbana (COMAM e COMPUR). A representante da Regional Oeste, Neusa Maria Fonseca, confirmou que não há informação sobre nascentes ou espécies nativas no local, que não está situado em área de preservação permanente (APP).

Construtora

O engenheiro Roberto Braga de Souza, diretor da Raro Engenharia, responsável pelo empreendimento, garantiu que a concessão do licenciamento na Prefeitura e a obtenção do financiamento na Caixa Econômica Federal foram precedidos de vistorias no local e avaliação de aspectos técnicos e jurídicos do projeto. ?A empresa cumpre rigorosamente a legislação municipal. Só demos início às vendas após a regularização total do projeto?, contou, disponibilizando toda a documentação aos interessados.

Diante da preocupação dos vizinhos se comprometeu a agendar vistorias nos imóveis do entorno, com a presença de técnicos, para avaliar eventuais riscos à estrutura. Ainda de acordo com o empreendedor, a subtração das árvores do terreno (dois abacateiros, uma goiabeira, um ingazeiro, duas mangueiras e uma paineira de grande porte) foi devidamente autorizada pela Prefeitura, e como medida compensatória a empresa reverterá uma quantia de R\$10.800,00 para serem aplicados em recuperação de praças da região.

[Vídeo relacionado](#)

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Terça-Feira, 27 Setembro, 2011 - 00:00
